

**ATA DA NONAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e quarenta e quatro minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores deputados. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Com a palavra, o segundo-secretário, para a leitura da ata da sessão anterior. **PEQUENO EXPEDIENTE**.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores deputados, deputadas, público aqui presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems. *“Ata da Nonagésima Quinta Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e quarenta e nove minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Cento e Quatorze da Nonagésima Quarta Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Mensagem nº 33/2025, do Poder Executivo; Ofício nº 636/2025, da Caixa Econômica Federal; Ofícios nºs 65 e 147/2025, da Agência Nacional de Telecomunicações; Ofício nº 391/2025, da Prefeitura Municipal de Três Lagoas; Ofício nº 51/25 da Prefeitura Municipal de Nova Andradina; Despachos da Agência Municipal de Transporte e Trânsito de Campo Grande. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Paulo Duarte, Mara Caseiro, Caravina, Zeca do PT, Zé Teixeira, Lia Nogueira, Professor Rinaldo, Gleice Jane e Junior Mochi. Sobre a mesa proposições apresentadas pelos deputados Gerson Claro, Lucas de Lima, Coronel David e Pedrossian Neto. GRANDE EXPEDIENTE – Usou da palavra o deputado Paulo Duarte. ORDEM DO DIA – Foram aprovadas, em discussão única e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Resolução nº 57/2025, de autoria da deputada Mara Caseiro; Projeto de Resolução nº 71/2025, de autoria do deputado Lucas de Lima; Projeto de Resolução nº 105/2025, de autoria do deputado Zeca do PT; Projeto de Resolução nº 107/2025, de autoria do deputado Lídio Lopes; Projeto de Resolução nº 108/2025, de autoria do deputado Roberto Hashioka; Projeto de Resolução nº 111/2025, de autoria do deputado Lídio Lopes; Projeto de Resolução nº 113/2025, de autoria do deputado João Henrique; Projeto de Resolução nº 114/2025, de autoria do deputado Gerson Claro; Projeto de Resolução nº 116/2025, de autoria do deputado Professor Rinaldo; Projeto de Resolução nº 117/2025, de autoria do deputado Antônio Vaz; Projeto de Resolução nº 135/2025, de autoria da deputada Gleice Jane; Projeto de Resolução nº 136/2025, de autoria da deputada Gleice Jane; Projeto de Resolução nº 137/2025, de autoria do deputado Lídio Lopes; Projeto de Resolução nº 64/2025, de autoria do deputado Professor Rinaldo; Projeto de Resolução nº 101/2025, de autoria da deputada Lia Nogueira; Projeto de Resolução nº 103/2025, de autoria do deputado Gerson Claro; Projeto de*

Resolução nº 121/2025, de autoria do deputado Marcio Fernandes; Projeto de Resolução nº 138/2025, de autoria do deputado Lídio Lopes; Projeto de Resolução nº 139/2025, de autoria do deputado Roberto Hashioka. Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 104/2024, de autoria da deputada Gleice Jane. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 172/2025, de autoria do deputado Gerson Claro. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada aos familiares de Thiago Gomes da Silva; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada aos familiares de Maria Lucia Torrecilha; requerimento de moção de pesar, de autoria dos deputados Gerson Claro e Londres Machado, endereçada aos familiares da professora Terezinha Vanderley Bernardo; requerimento de moção de aplauso, de autoria do deputado Zeca do PT, em reconhecimento à atuação exemplar da PGFN, que demonstrou notável eficiência e compromisso com a justiça fiscal ao elevar de forma extraordinária os valores resgatados aos cofres públicos, saltando de R\$ 25 bilhões para mais de R\$ 60 bilhões nos últimos anos; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada ao Sindicato Rural de Nova Andradina/MS, representado pelo presidente Marcus Vinícius Godoy Garcia Júnior, pela realização da 40ª Exposição Agropecuária, Industrial e Comercial (Exponan), realizada durante os dias 10, 11 e 12 de outubro de 2025, na cidade de Nova Andradina; requerimentos de moção de congratulação de autoria do deputado Renato Câmara, endereçadas aos técnicos industriais sêniores Reinaldo Nesio Rodrigues, Almir Marques de Souza, Antônio Carlos Biazoto, Aparecido Nascimento, Armando Veronese, Jorge Luiz Pereira da Silva, Manoel Missirian e Nelson José da Silva, como forma de reconhecimento pela destacada trajetória profissional e pelas valiosas contribuições prestadas à técnica, à indústria e à construção de uma identidade sólida e respeitada para os técnicos industriais em nosso estado; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Caravina, endereçada ao casal Lucimar Lima Vicentin Amaral e Marcos Paulo Leite Amaral, proprietários da empresa 'LuChurros Delícias em Família', do município de Dourados, pelo prêmio de Melhor Sobremesa do Centro-Oeste Brasileiro, concedido pelo evento IFood Move 2025 em São Paulo; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Duarte, endereçada à fundadora do site Capital do Pantanal, senhora Sylma Lima; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada à Associação MiAdote, pela relevante atuação em prol da proteção, do cuidado e da adoção de animais de rua abandonados e vítimas de maus-tratos, no município de Coxim; requerimentos de informações, de autoria das deputadas Lia Nogueira e Gleice Jane; indicações, de autoria dos deputados Caravina, Lia Nogueira, Coronel David, Zé Teixeira, Paulo Duarte, Lucas de Lima e Zeca do PT. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Usou da palavra o deputado João Henrique. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, quinze de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco". Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, para a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhoras e senhores deputados. Expediente da Sessão Ordinária do dia 16 de outubro de 2025: e-mail do Transfere.gov, encaminhando Notificação referente ao Convênio nº 938065/2022 (Prot. nº 4015/2025); Ofício nº 334/2025, do

Ministério Público Federal, respondendo a indicação/requerimento do deputado Zeca do PT (Prot. nº 3203/2025); Ofícios nºs 2025 e 2026/2025, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, respondendo a indicação/requerimento do deputado Zeca do PT (Prot. nº 3575, 3659/2025); Ofício nº 439/2025, da Prefeitura Municipal de Ladário, respondendo ao requerimento da deputada Gleice Jane (Prot. nº 3549/2025); Ofício nº 200/2025, da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, respondendo ao requerimento da deputada Gleice Jane (Prot. nº 3549/2025). Senhor presidente, está lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Caros colegas, população que nos assiste, eu gostaria de reforçar o convite: dia 25, sábado que vem, temos a III Corrida dos Poderes, com saída aqui da rampa do estacionamento da Assembleia. São três, cinco e dez quilômetros as modalidades. Em sua terceira edição, essa corrida já movimentou, nos treinões, mais de oito mil pessoas. Esperamos que este ano venham mais de cinco mil pessoas, considerando todas as modalidades, sem contar a plateia que virá torcer, amigos, familiares, etc. A prova kids é às 15h30; depois temos a abertura, com uma caminhada de três quilômetros, uma corrida de cinco e outra de dez. Eu vou fazer a de cinco, o deputado Pedro Kemp, dez, e o Paulo Corrêa, dez. Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, primeiramente quero apresentar uma indicação, endereçada ao senhor secretário de Estado de Saúde, a pedido de um grupo de pacientes bariátricos do Hospital Adventista do Pêñfigo, composto por centenas de cidadãos. Alegam eles que já entregaram todos os laudos e exames necessários, estando portanto clinicamente aptos para a operação, mas que infelizmente a Secretaria de Estado de Saúde suspendeu os agendamentos das cirurgias bariátricas pelo Programa MS Saúde: Mais Saúde e Menos Fila, sob a justificativa de que esse processo está em reorganização. Sustentam esses pacientes que tal alegação é vaga, especialmente para quem já cumpriu todas as etapas do pré-operatório. A situação é ainda mais grave, pois, como é do conhecimento público, o contrato do programa vigora até dezembro de 2025. Essa abrupta interrupção, segundo o grupo de pacientes, fere o seu direito à saúde, desrespeitando meses de preparação. Como se sabe, para ser realizada, essa cirurgia precisa de uma série de medidas prévias, não pode ser feita de uma hora para outra. Esses pacientes, repito, já passaram por essa fase e estão aguardando a cirurgia, mas que agora está suspensa. Diante disso, estamos solicitando ao secretário de Saúde que tome as seguintes providências: que seja mantido o programa, para que essas cirurgias possam ser retomadas no Hospital Adventista do Pêñfigo, já que esses pacientes estão aptos para a operação. É importante também que haja transparência no Programa Mais Saúde, Menos Fila, pois outros hospitais conveniados também acabaram suspendendo cirurgias. A saúde é uma questão prioritária; cirurgias eletivas podem esperar, mas nem tanto; e no caso das cirurgias bariátricas, que precisam de uma preparação prévia, a coisa é ainda mais tensa, porque os pacientes estão nessa angústia: já estão preparados, já estão esperando, e agora recebem essa ducha de água fria, a notícia da suspensão do programa no Hospital do Pêñfigo. Recebi aqui a lista dos pacientes, que é grande, que estão aguardando esse agendamento. Tenho outra indicação, esta vai para o senhor Hélio Daher, secretário

de Estado de Educação, solicitando a viabilização de medidas a fim de firmar-se uma parceria com o município de Campo Grande, para que se dê continuidade ao Curso de Formação Profissional Técnica de Nível Médio, integrada ao Ensino Médio, com habilitação em Técnico em Agricultura, oferecido pela Escola Municipal Agrícola Governador Arnaldo Estêvão de Figueiredo, tendo em vista o anúncio do encerramento do Ensino Médio na rede municipal de ensino. A única escola municipal de Campo Grande que oferecia o Ensino Médio era justamente essa escola que mencionei, mas agora a prefeitura está anunciando o fim do Ensino Médio nessa escola. Estamos então propondo que a Secretaria de Educação, já que o Estado é o responsável pelo Ensino Médio, faça um convênio, uma parceria com a prefeitura para manter esse curso funcionando na escola agrícola. Por último, quero apresentar aqui, senhor presidente, em meu nome, em nome do deputado Zeca do PT e da deputada Gleice Jane, portanto da nossa bancada do PT, uma moção de pesar aos amigos e familiares do nosso querido senhor Militino Domingos de Arruda, histórico e aguerrido militante do Partido dos Trabalhadores, cuja trajetória foi marcada pela dedicação, compromisso e coragem na defesa das causas sociais e da coletividade. Homem simples e de convicções firmes, seu Militino fazia da sua rotina um ato de resistência; utilizava sua casa e seu carro como espaços de manifestação política e social, sempre comprometido com as causas populares e com a defesa dos direitos do povo. Com sensibilidade e criatividade, mantinha pequenas lousas, com frases que mudavam diariamente, trazendo reflexões e comentários sobre o momento político pelo qual o Brasil passava. Mesmo em tempos difíceis, quando expressar opiniões era um ato de coragem, Militino nunca se calou. Encontrou na palavra escrita uma forma de se fazer ouvir e de inspirar outros a pensar e agir. Sua trajetória é um testemunho de amor à coletividade, à liberdade e à justiça. Seu exemplo de persistência permanecerá vivo na memória de todos que com ele conviveram e compartilharam ideais de transformação social. Expressando reconhecimento e respeito à história de vida do senhor Militino, que deixa um legado de consciência, coragem e esperança, esta Casa de Leis presta sua solidariedade aos amigos e familiares, rogando a Deus a proteção e o conforto de todos os enlutados. Era isso. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, senhores deputados, senhoras e senhores, bom dia. Apresento umas indicações. A primeira é para os senhores deputados federais e senadores do nosso estado, solicitando a viabilização de recursos da União para serem investidos na construção de uma cozinha no Centro de Convivência da Melhor Idade (CCMI), no município de Selvíria. A segunda indicação é endereçada ao secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica, senhor Rodrigo Perez Ramos, ao secretário de Saúde, senhor Maurício Corrêa, e aos deputados federais e senadores representantes de Mato Grosso do Sul no Congresso Nacional, solicitando a união de esforços no sentido de que sejam destinados recursos visando à aquisição de uma ambulância tipo UTI Neonatal, para atender às necessidades da macrorregião de Dourados. A outra indicação vai para o diretor-presidente da Energisa, senhor Paulo Roberto dos

Santos, solicitando averiguações e providências, em caráter de urgência, quanto à melhoria na distribuição de energia elétrica no município de Iguatemi, em especial na zona rural, e também o restabelecimento de um posto de atendimento da referida concessionária. Mais uma indicação, também à Energisa, solicitando a revisão geral na rede de distribuição de energia elétrica que abastece o distrito de Cristalina, bem como na subestação instalada no distrito de Nova América, em Caarapó. Outra indicação endereçada ao doutor Rodrigo Perez e aos nossos representantes no Congresso Nacional, solicitando, em caráter reiterativo, ação conjunta e gestão para a viabilização de recursos a serem aplicados na aquisição de um caminhão-pipa, para atender às necessidades do município de Ivinhema. Mais uma indicação, também ao doutor Rodrigo Perez, com cópia ao senhor prefeito municipal de Dourados, senhor Marçal Filho, solicitando o apoio do Executivo estadual, com obras de recapeamento e complementação da pavimentação asfáltica das ruas do distrito de Panambi, em Dourados. Outra, também ao doutor Rodrigo e aos senhores deputados federais e senadores, nossos representantes no Congresso Nacional, solicitando a união de esforços e gestão conjunta no sentido de destinarem-se recursos visando à aquisição de um aparelho de Raio X, para atender o Hospital Municipal de Anastácio. Por fim, senhor presidente, registro uma indicação a ser enviada ao doutor Rodrigo Perez e ao secretário Maurício Simões Corrêa, da Secretaria de Estado de Saúde, solicitando o apoio para que se faça um mutirão para a realização de exames especializados, no município de Caarapó. Só isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor presidente, nobres colegas, público presente, telespectadores que nos assistem pela TV Assembleia e pelas redes sociais, bom dia. Tenho alguns expedientes a registrar. O primeiro é uma indicação a ser enviada ao senhor governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação, senhor Jaime Verruck, e ao diretor-presidente da Iagro, senhor Daniel Ingold, solicitando a realização de estudos epidemiológicos e a ampliação do prazo (para 180 dias) de validade dos exames de anemia infecciosa equina e mormo, exigidos para o trânsito de animais em território sul-mato-grossense. Justificativa. Os exames de mormo e anemia infecciosa equina são obrigatórios para a movimentação de equídeos em todo o território nacional, conforme as instruções normativas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. No entanto, cada estado pode estabelecer normas próprias, de acordo com suas respectivas situações epidemiológicas. Trata-se de um pedido de vários produtores rurais que têm participado de diversos eventos com cavalos, em atividades esportivas como as do laço, laço curto, cavalgadas... E para a do laço comprido, principalmente, são feitos exames nesses animais, mas o tempo de validade é muito curto, de forma que quem participa de provas (semanal, quinzenal ou mensalmente) precisa estar sempre renovando os exames, sendo que em todas essas provas só podem participar animais com esses exames em dia. É um ambiente controlado, não é como numa cavalgada, onde vão ali diferentes raças e de várias regiões. Nessas outras provas são mais ou menos sempre os mesmos animais que competem, e

esses exames frequentes acabam tendo um custo elevado para quem participa dessas provas. Indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa e após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, e ao delegado-geral da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul, senhor Roberto Gurgel de Oliveira Filho, solicitando a adoção de providências para a designação de um delegado de Polícia Civil titular para Sidrolândia. Trata-se de um pleito da comunidade de Sidrolândia que nos foi encaminhado pelo vereador Adavilton Brandão, o qual argumenta que atualmente o município está sem o titular, em razão da transferência de delegados para Campo Grande. A presença lá de um delegado em pleno exercício é essencial para a coordenação das investigações, o combate à criminalidade e a manutenção da ordem pública, garantindo-se com isso um maior nível de segurança à população. Indicação. Indico à Mesa, nos termos regimentais e ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel e ao senhor Fernando Luiz Nascimento, diretor-presidente da Agraer, solicitando a destinação de recursos para a perfuração de um poço artesiano no assentamento Santa Marina, no município de Bela Vista. Este é um pedido do vereador Flávio Lopes Lemes, registrado no Ofício nº 648/2025, visando a garantir o abastecimento d'água potável aos moradores do referido assentamento. A iniciativa é de extrema importância social, uma vez que o acesso à água é condição básica para a saúde, o bem-estar e o desenvolvimento das comunidades rurais. A perfuração do poço artesiano contribuirá diretamente para a melhoria da qualidade de vida da população local, prevenindo doenças relacionadas à escassez ou à contaminação da água e proporcionando maior segurança hídrica, especialmente em períodos de estiagem. Indicação. Indico à Mesa, cumpridas as disposições regimentais da Casa e ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, e ao senador Nelson Trad, solicitando recursos para a destinação de um caminhão de lixo compactador para o município de Batayporã. Indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, e ao diretor-presidente da Agesul, solicitando que seja realizada vistoria técnica imediata no trecho da MS-141 que vai do bairro Solar do Vale ao córrego Azul, em Ivinhema, com o objetivo de identificar e solucionar os problemas de drenagem que vêm ocasionando alagamentos constantes na pista, o que põe em risco a segurança dos motoristas. Sempre que chove, a água de todas as estradas vicinais da região acabam indo parar na 141, comprometendo obviamente o trânsito nessa rodovia, que liga Ivinhema à Angélica. Impõem-se então reparos e um estudo para solucionar definitivamente o problema. Era o que eu tinha, senhor presidente.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Quero trazer ao conhecimento desta Casa alguns fatos importantes. Primeiro, que realizamos ontem uma audiência, por sinal que muito bem-sucedida, com a Superintendência do Banco do Brasil e da Caixa, tratando da agricultura familiar e do acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. E eis que tivemos uma bela surpresa, presidente... Várias vezes tenho vindo a este microfone comunicar a Vossa Excelência atividades minhas como presidente da comissão da agricultura familiar, apoiando o Incra, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Agraer pelo interior, motivando nosso agricultor familiar a acessar o Pronaf... Mas eis que, como ia dizendo, foi-nos apresentado ontem um resumo dos três primeiros meses do programa deste ano (julho, agosto e setembro). Nesses três primeiros meses já foram contratados mais de 50% do valor que fora contratado ao longo de todo o ano passado. Ou seja, a expectativa nossa é a de que facilmente vamos superar, este ano, com o Pronaf, mais de R\$ 500 milhões em financiamentos contratados para agricultura familiar, o que demonstra que a sensibilidade do governo Riedel e o compromisso político-ideológico do governo Lula fazem de fato a agricultura familiar avançar no estado, sem falar no belo trabalho que faz a Agraer, através do seu corpo técnico; que faz o Incra, através da equipe do Paulinho; e faz o MDA, na superintendência, comandada pela companheira Marina. Em segundo lugar, senhor presidente, mais uma vez comungo que amanhã teremos uma atividade com todos os caciques de Nioaque: Vossa Excelência e os colegas estão convidados. Vamos inaugurar numa das aldeias, Cachoeirinha, uma UBS indígena, que contemplará seis comunidades indígenas daquele município: mais uma inovação do programa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Comungo ainda a Vossa Excelência que terça e quarta estarei ausente das sessões, pois vou estar em Brasília participando, com a [deputada federal] Camila e com o deputado [federal] Vander de uma série de atividades, em audiências já agendadas, para ver se conseguimos trazer mais recursos e mais casas para agricultura familiar, para os assentados indígenas e quilombolas. Por último, senhor presidente, é com profundo, mas com profundo sentimento de pesar, que subscrevo a nota apresentada aqui, em nome da bancada do PT, pelo deputado Pedro Kemp, com relação ao passamento do companheiro Militino, militante histórico, absolutamente comprometido com a vida, com a dignidade do ser humano, com a justiça social, ele que sempre lutou por seus sonhos libertários, de uma sociedade mais justa, mais humana e mais solidária... Apresento outra indicação, ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, bem como ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon, solicitando com urgência a recuperação da pista da MS-472, no trecho que cruza a região dos assentamentos de Caracol, Santa Marina e Anjiquinho, e que dá acesso ao calcário localizado no município de Bela Vista. A presente proposição atende a pedidos que nos foram enviados por agricultores familiares dos assentamentos acima citados, em razão de que o trecho referido se encontra em estado crítico de conservação, quase intransitável, o que obviamente põe em risco a segurança dos moradores da região. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Muito bom dia, presidente, colegas parlamentares, público presente, bom dia àqueles que nos acompanham pela Rádio e TV Alems. Trago um requerimento que deve ser encaminhado ao governador Eduardo Riedel, ao secretário de Estado Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, solicitando o cronograma de execução das obras de restauração, adequação de capacidade de tráfego e drenagem nas rodovias MS-276 e MS-145, no trecho de travessia urbana do município de Deodápolis, de 4,2 quilômetros. A obra em questão, que é objeto de licitação, foi devidamente homologada e adjudicada pelo Estado de Mato Grosso do Sul, sob a modalidade Concorrência Pública do tipo Menor Preço, com valor orçado em pouco mais de R\$ 11,5 milhões, isto para as obras de restauração, adequação de capacidade de tráfego e drenagem no trecho urbano dessas duas rodovias, em Deodápolis. Contudo, a obra permanece paralisada há pelo menos dois anos, sem que tenha havido comunicação pública a respeito das causas da interrupção, tampouco sobre a previsão do retorno dos trabalhos. Essa situação tem causado prejuízos à mobilidade urbana, comprometido o escoamento da produção agrícola e afetado diretamente o tráfego de veículos e pedestres que dependem da via para o seu deslocamento diário. É uma solicitação que chegou ao nosso mandato... Tenho também uma indicação, ao governador Riedel, ao senhor Antonio Carlos Videira, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, solicitando a revisão do item 10.3.2 do Edital SAD/SEJUSP/SAS/AGENTES/2025, a fim de adequar o teste de flexão de braços feminino, passando de quatro para seis apoios, mantendo os demais critérios e exigências previstos no certame. A presente indicação tem por objetivo garantir a isonomia e a razoabilidade dos critérios de avaliação física aplicados às candidatas do referido concurso público das agentes, considerando as diferenças fisiológicas existentes entre homens e mulheres e a necessidade de parâmetros proporcionais à realidade corporal feminina. O edital atual prevê que as candidatas realizem a flexão de braços em quatro apoios, o que não observa as recomendações técnicas e científicas amplamente reconhecidas por especialistas em Educação Física e Medicina Esportiva. O modelo de seis apoios, o mais indicado, vem sendo adotado em diversos concursos públicos pelo país, inclusive nos das forças de segurança estaduais, como a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros. A medida garante a equidade sem prejuízo das exigências de desempenho. Esta demanda, que nos foi enviada por candidatas do referido concurso, vai na mesma linha de uma indicação feita semana passada pelo deputado Pedro Caravina relativamente ao concurso da Polícia Civil. Por fim, presidente, apresento um requerimento a ser encaminhado ao governador Riedel, ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, Guilherme Alcântara, solicitando o cronograma da execução das obras de pavimentação asfáltica e recapeamento para o município de Naviraí, previstas no Programa MS Ativo Municipalismo, obras essas orçadas em torno de R\$ 17 milhões. Estivemos na Câmara Municipal de Naviraí, num contato mais próximo com os vereadores, e eles nos solicitaram que apresentássemos esse pedido questionando o Governo do Estado, querem saber em que pé está esse recurso, para que essa obra realmente saia, obra que faz parte, como disse, do MS Ativo Municipalismo, que contempla todos os municípios do estado. Há vias em Naviraí intransitáveis, de forma que pôr em marcha essas obras é essencial para a melhoria da mobilidade urbana, o adequado escoamento da produção e o fortalecimento do desenvolvimento regional. Por hoje é isso. Muito obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Bom dia, deputado Renato Câmara, interinamente presidindo a Sessão! Bom dia, colegas, senhoras e senhores que nos acompanham. Primeiramente gostaria de registrar a presença do senhor Júlio Cesar Gonzalez Nascimento, ex-superintendente dos Correios e atual presidente da Associação de Moradores do Conjunto Parati. Ele veio fazer uma visita ao nosso gabinete e aproveitou para fazer algumas reivindicações, dentre as quais esta objeto da minha indicação, que endereço à Prefeitura de Campo Grande, à Semadur, solicitando a doação da área que fica ao lado da caixa d'água, no Conjunto Parati, para que o conjunto possa utilizar esse espaço como área de lazer e esporte para a comunidade, área que está praticamente inutilizada. Em segundo lugar, gostaria de parabenizar o professor Gilvano pela belíssima festa realizada ontem; o deputado Pedro Kemp e a deputada professora Gleice Jane estiveram conosco lá; foi a maior e melhor festa, nós professores ficamos muito felizes com esse momento de alegria, de confraternização. Parabéns ao professor Gilvano e a toda a diretoria pela calorosa recepção. Cumprimento também a Gleice, que fez aqui uma Sessão Solene maravilhosa na quarta-feira à noite, ocasião em que homenageamos uma professora pequenininha na estatura mas grande e aguerrida na alma, a professora Maria Ildonei de Lima de Pedra, que de forma intransigente sempre lutou pela vida, pela família, pela liberdade e, acima de tudo, por uma educação de qualidade. Cumprimento o professor Juari, que ontem, juntamente com o professor Ríverton, fez uma Sessão Solene — Câmara de Vereadores lotada — para a entrega da Medalha "Marisa Serrano", outra guerreira, que por onde passou deixou sua marca, como mulher, como parlamentar, ela que ocupou praticamente todos os cargos do Estado e que, na área da educação, deixou um legado extraordinário. Por último, senhor presidente, quero dizer que é com alegria que porto essa carteira da UEMS [o orador a exibe], de professor. Mais ou menos três anos atrás, eu recebi o presidente do sindicato, professor Ismael, junto com o professor André, ele que também foi coordenador do curso de Direito da UEMS; vieram ao meu gabinete e me pediram que fizesse um projeto de lei para que o professor da UEMS tivesse uma carteira de identificação específica. Apresentei o projeto e aí foi aquela coisa toda que nós sabemos, é vício de iniciativa para cá, incongruência para lá, e o projeto foi arquivado. Em certos estados já é lei, outros não pode; enfim, a gente vive esse dilema. O tempo passou e, recentemente, estava lá em casa assistindo à CNN, e vejo o ministro da Educação divulgando essa belíssima notícia de que o presidente Lula sancionou uma lei criando essa identificação, a Carteira Nacional Docente do Brasil, que abre a possibilidade de parceria com algumas entidades, que traz benefícios ao professor. Fico, portanto, feliz de saber que aquela iniciativa nossa, de três anos atrás, hoje se tornou uma realidade no Brasil inteiro. Eu vou sugerir ao governador Eduardo Riedel que faça um decreto para que fique consignada a condição de professor desse belíssimo profissional em sua carteira.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Lídio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Bom dia, senhor presidente em exercício, Renato Câmara. Bom dia, nobres pares. Bom dia a quem nos honra com a sua presença e a quem nos assiste pela TV Assembleia. Tenho duas indicações. Requeiro à Mesa, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Ridel, com cópia ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística e ao diretor-presidente da Agesul, solicitando estudos técnicos visando à execução de obras de reparos na MS-430, com a correção da pavimentação asfáltica e com a implantação de uma sinalização adequada, no trecho que liga os municípios de Rio Negro e São Gabriel do Oeste, com ênfase especial no trecho de serra. A presente proposição tem por fundamento reiteradas manifestações da população de Rio Negro, bem como de representantes do setor produtivo e comercial locais, que relatam as condições críticas de trafegabilidade no trecho conhecido como serra, da MS-430, compreendidos aí os três quilômetros anteriores e os três posteriores a ela. O referido trecho apresenta danos estruturais significativos na pavimentação asfáltica, além de deficiências na sinalização vertical e horizontal, comprometendo não apenas a fluidez do tráfego mas sobretudo a segurança dos usuários, com destaque para a alta incidência de acidentes envolvendo veículos de carga pesada, frequentemente utilizados para o transporte de produtos agroindustriais da região. Indicação. Requeiro à Mesa Diretora, que seja encaminhado expediente ao senhor Paulo Roberto do Santos, diretor-presidente da Energisa, solicitando a adoção de providências urgentes no sentido de solucionar as recorrentes falhas no abastecimento de energia elétrica no município de Iguatemi, especialmente na zona rural, bem como avaliar a viabilidade de reestabelecimento de um posto de atendimento presencial da concessionária no município. A presente solicitação atende a uma demanda que nos foi encaminhada pelos vereadores Carlinhos Magro e Jesus Milane de Santana, este presidente da Câmara Municipal, os quais alegam diversas dificuldades enfrentadas pelos moradores, produtores rurais e comerciantes locais, especialmente nas regiões rurais do município, como as dos assentamentos Nossa Senhora Auxiliadora, Rancho Loma, Colorado, Gleba 04 do Projeto de Colonização de Iguatemi, Santa Maria, Fazenda Morumbi, Rio Bonito, bem como as regiões do Coxim, Capão Bonito e São Pedro. Essas comunidades são fortemente dependentes do fornecimento contínuo e estável de energia elétrica para a execução de suas atividades produtivas, que sustentam a economia local, notadamente da agricultura familiar, da pecuária e dos pequenos empreendimentos rurais. A instabilidade no fornecimento de energia tem gerado prejuízos significativos, comprometendo a operação de equipamentos agrícolas, como bombas de irrigação, sistemas de armazenamento refrigerado, máquinas de processamento e outras tecnologias, essenciais para a produtividade e qualidade dos produtos locais. Além dos impactos econômicos, essa situação afeta diretamente a qualidade de vida dos moradores, que dependem da energia para atender às suas necessidades básicas, como iluminação, conservação de alimentos e medicamentos, acesso a comunicação e educação, sobretudo em um contexto onde a inclusão digital e o acesso à internet são cada vez mais decisivos para o desenvolvimento social e econômico das regiões rurais. Outro ponto de extrema relevância refere-se à segurança da população, pois a instabilidade elétrica pode comprometer sistemas de segurança residenciais, iluminação pública e a operação de equipamentos médicos domiciliares, colocando em risco a integridade física e o bem-estar das famílias. Destaca-

se ainda a necessidade da instalação de um ponto de atendimento físico da Energisa no município, medida que facilitaria a resolução imediata das demandas cotidianas da população, incluindo protocolos para religação, manutenção e regularização do serviço. A presença local da concessionária certamente contribuirá para a melhoria no diálogo com os usuários, maior transparência e agilidade no atendimento, promovendo uma relação de maior confiança entre a empresa e a comunidade. Considerando o papel estratégico do fornecimento eficiente de energia elétrica como vetor para o desenvolvimento sustentável do município, para o fortalecimento da agricultura familiar, geração de emprego e renda, e para a garantia da dignidade e do bem-estar das famílias, reforçamos a relevância do pleito e solicitamos uma atenção especial da concessionária Energisa para a adoção de ações que garantam a estabilidade no fornecimento, a ampliação da infraestrutura e a melhoria no atendimento às necessidades específicas da população iguatemiense, tanto nas áreas urbanas quanto rurais. É bom lembrar que Iguatemi tem uma das maiores bacias leiteiras do estado; os assentamentos Nossa Senhora Auxiliadora e Rancho Loma têm ambos uma alta produção de leite. Ora, com a queda de energia os resfriadores ficam inativos, o leite azeda e obviamente que isso gera um enorme prejuízo para esses produtores, principalmente da agricultura familiar. Era o que tínhamos, muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, bom dia. Cumprimento as pessoas presentes, os que nos acompanham pela Rádio e TV Assembleia e imprensa. Tenho apenas uma indicação para fazer. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Paulo Roberto dos Santos, diretor-presidente da Energisa de Mato Grosso do Sul, solicitando providências urgentes para que seja firmado aditamento contratual com a concessionária, a fim de: 1) garantir a instalação e a manutenção de um posto de atendimento presencial no município de Iguatemi, destinado a atender às demandas e às necessidades da população local; e 2) resolver a problemática do abastecimento de energia elétrica no município, com atenção especial às áreas da zona rural, que sofrem com frequentes interrupções e limitações de fornecimento. A presente solicitação tem como fundamento o Ofício nº 348/SC/2025, encaminhado ao nosso gabinete pelo vereador Gildo Benites Rodrigues, da Câmara Municipal de Iguatemi, documento que segue anexo, reforçando a necessidade e a urgência da demanda apresentada pela comunidade local. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Jamilson Name: duas indicações (Prot. nºs 4058/2025, 4056/2025). De autoria do deputado João Henrique: um requerimento (Prot. nº 4042/2025). De autoria do deputado Caravina: um projeto de lei (Prot. nº 04052/2025). De autoria do deputado Junior Mochi: duas indicações (Prot. nºs 04041/2025, 04039/2025); uma moção de aplauso (Prot. nº 4040/2025). De autoria da deputada Lia Nogueira: uma indicação (Prot. nº 04046/2025); um

projeto de lei (Prot. nº 04053/2025). De autoria da deputada Mara Caseiro: uma indicação (Prot. nº 04055/2025). De autoria do deputado Neno Razuk: um requerimento (Prot. nº 4054/2025). De autoria do deputado Paulo Corrêa: uma moção de congratulação (Prot. nº 04038/2025). De autoria do deputado Renato Câmara: duas moções de congratulação (Prot. nºs 04034/2025, 04033/2025). De autoria do deputado Zé Teixeira: oito indicações (Prot. nºs 04051/2025, 04050/2025, 4049/2025, 04048/2025, 4047/2025, 4045/2025, 04044/2025, 4043/2025). De autoria do deputado do Zeca do PT: uma indicação (Prot. nº 04057/2025); uma moção de aplauso (Prot. nºs 4059/2025, 4035/2025).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o ilustre vice-presidente, deputado Renato Câmara, que disporá de dezessete minutos.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — sem revisão do orador — Que serão suficientes... Estamos vivendo uma das maiores crises das últimas décadas no setor leiteiro sul-mato-grossense. Se em 2014 produzíamos e torno de 370 milhões de litros, hoje baixamos para 190 milhões. Vários outros segmentos avançaram no estado; podemos ver, por exemplo, o crescimento da produção de suínos, setor que avançou, que encontrou seu espaço; hoje a nossa suinocultura é referência no Brasil e no mundo. A avicultura também encontrou seu espaço. E agora estamos vendo um processo de agroindustrialização desses segmentos, tanto da proteína animal, de aves e suínos, como também das nossas *commodities*, como o milho e a soja — na produção óleo, na produção de etanol. Enfim, são segmentos que vêm se consolidando, e é um caminho sem volta. O mundo precisa de comida, e Mato Grosso do Sul tem alimentos para o mundo. O produtor de leite, porém, ficou para trás. A propósito, tomei a iniciativa de criar aqui na Assembleia a Frente Parlamentar do Leite, para que pudéssemos discutir os problemas que afetam o setor e que lhe têm travado o desenvolvimento. Além desse desenvolvimento emperrado, estamos vendo continuamente, ano a ano, uma queda na produção; e mais, estamos vendo algo que nos chama a atenção, principalmente neste momento de crise, que é a dificuldade da industrialização do leite. Os laticínios estão num momento crucial de endividamento, vários já fecharam as portas e os ainda em atividade passam por graves problemas financeiros, alguns nem estão conseguindo receber pelo leite que produzem. Estamos falando de mais de vinte mil produtores no Estado de Mato Grosso do Sul! É, ademais, um dos segmentos mais pulverizados, presente em todos os municípios, e em todos esses municípios há produtor leiteiro passando dificuldade. E quais são essas dificuldades?... Nós recebemos do sindicato das associações de indústrias lácteas do estado várias reivindicações. Uma das queixas é que a cobrança do ICMS-ST [Imposto sobre Circulação de Mercadorias - Substituição Tributária] pesa demais sobre a indústria local — enquanto que há isenção para o leite cru que segue para outros estados —, situação que impacta sobremaneira a produção. Você vai nos atacadistas, você vê lá o preço da muçarela: 29, 32 reais, sendo que o custo de produção é de 35 reais o quilo. Ou seja, estamos vendo aí nas gôndolas uma muçarela provinda de outros estados com um preço abaixo do custo de produção... Nós não podemos aceitar tal situação, que acaba impactando diretamente os nossos laticínios. Ora, se quebrar o nosso sistema de beneficiamento, isso terá um efeito nefasto sobre a vida de mais vinte mil produtores! Mas há saídas. Cito, por exemplo, o Projeto Leite na Escola, deputado Zé Teixeira, que apresentei ao governador Riedel... Agora mais do que

nunca precisamos de políticas públicas que apoiem o produtor de leite, e não só do leite, mediante também a compra pelo setor público diretamente do produtor, de queijo, de muçarela, etc. Temos também a questão da certificação, que é uma alternativa importante, e o Estado está se empenhando para que haja essa certificação, de forma que esse queijo certificado possa também ser comprado pelas prefeituras; é preciso abrir essa nova modalidade, essa compra direta do produtor, de um produtor certificado, com todas as garantias da Vigilância Sanitária — o poder público precisa estender a mão para o segmento. Outra questão importante é a necessidade, isto em todo o estado, de melhorar a qualidade do leite e também da genética dos animais, para se produzir mais. Para enfrentar tal situação, já há algum tempo o Governo lançou o Proleite, para beneficiar o produtor rural com vacas prenhas da raça Girolando, mas ainda é um gargalo importante. Há três regiões no estado que são as mais produtivas, as demais carecem ainda de uma logística muito grande para se recolher esse leite. O Proleite vem então dar essa mão, para melhorar a genética, para melhorar a produção. O Extra Leite é outra política pública importante que vai dar resultado ao produtor; segundo o programa, aquele produtor que estiver abaixo da média anual no ano anterior poderá receber do Governo a diferença para que se restabeleça um equilíbrio... Mas temos esse problema imediato, o da questão do preço do leite. Hoje, o produtor recebe por litro de leite algo como R\$ 2,15, R\$ 2,30; depois ele vai a um mercado ou mercadinho e tem que desembolsar entre R\$ 2,50 e R\$ 5,00 para comprar uma garrafa d'água. O produtor acorda cedo para tirar leite, alimentar as vacas, precisa ter um manejo com esses animais, precisa de um veterinário sempre à disposição, precisa de todo um aparato para produzir, para depois receber pelo seu leite somente R\$ 2,30 — não dá: é muito pouco para manter-se na atividade! Por isso que estamos vendo em todo o estado de Mato Grosso do Sul vários produtores saíndo da atividade, essencial para a nossa economia. Diante disso, eu quero aqui reafirmar...

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Permite um aparte, deputado?...

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Deixe-me só concluir o raciocínio... Quero aqui reafirmar que nós precisamos, neste momento imediato, isentar os nossos laticínios do ICMS-ST e precisamos pensar, tributariamente falando, num meio de impedir que o leite que vem de fora possa entrar no estado com um preço final abaixo do custo de produção que tem o nosso. Pois não, deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Deputado Renato Câmara, Vossa Excelência traz um assunto dos mais importantes para a nossa economia, principalmente para os pequenos produtores. A cadeia do leite é muito complexa; eu estive conversando com o presidente da associação dos produtores de leite do estado e marquei com ele uma reunião lá com o doutor Jaime, agendada pelo seu assessor Bereta, que é um agrônomo e que entende muito do setor. Vossa Excelência está realmente colocando o dedo na ferida... O que eles me disseram é que o leite às vezes sai daqui sem ser tributado e vai para o Paraná, mas o que fica aqui é tributado — se isso confere, eu acho que aí fica uma coisa desproporcional! Porque para garantir a nossa atividade aqui não precisaria taxar nada, era só ter um mínimo senso de humanidade. Porque você não pode mandar o leite para

fora do estado sem ICMS e taxar o que fica aqui dentro. Leva-se o leite para fora, lá é pasteurizado e ele volta para cá e concorre com o nosso de forma desigual, a exemplo da muçarela, como bem assinalou Vossa Excelência. Então acho que deveríamos, através da Comissão de Agricultura, chamar o presidente da associação, mais um membro, marcar uma reunião como o governador com tempo suficiente, para mostrar para ele que nós temos de proteger os nossos pequenos produtores, ainda mais considerando a enorme quantidade de assentamentos do estado, muitos em terras não férteis, não aptas portanto à agricultura, em áreas geralmente pequenas — a sobrevivência é o leite... Mas do jeito que está, não dá para tocar, e mais: temos aí a crise climática, não temos as capineiras, não temos investimento. Se a vaca é alimentada com ração (três quilos ao dia), ao preço mínimo de um real o quilo, o produtor tem que desembolsar três reais por dia; se ele vende o leite a R\$ 2,30, a R\$ 2,50, então é melhor largar do negócio do leite, porque ele paga a ração e não lhe sobra nada. O assunto é delicado, então gostaria que Vossa Excelência marcasse uma audiência nossa com um representante do setor, inclusive com dono de laticínio, para depois marcarmos uma reunião técnica com o governador, com o secretário da Seprotur [Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo], para vermos qual é o caminho a seguir. A continuar esse cenário que Vossa Excelência descreve — eu que trabalhei desde a infância com leite, no Estado de São Paulo, sei que é isso mesmo —, a tendência é o fim da atividade para o pequeno produtor, só vão sobrar os grandes. O laticínio de Bandeirantes está se vendo obrigado a produzir 30 mil litros de leite com suas próprias vacas para não parar, porque está vendo que a situação do pequeno produtor está se deteriorando, está vendo que o pequeno produtor já está sem as condições mínimas de continuar na atividade. Parabéns, quero ser parceiro de Vossa Excelência nesse tema, porque é um tema importante para a nossa economia.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Muito boa sua intervenção, deputado Zé Teixeira, de fato é isso mesmo. Nós estamos percorrendo o estado com o programa da Frente Parlamentar do Leite, o "Comitiva Leite Ativo". São exatamente esses problemas que nós queremos levar ao Governo do Estado. E, sim, vou solicitar essa audiência; vamos antes debater (principalmente nós da Frente Parlamentar do Leite) o tema para depois apresentar ao governador essas reivindicações, que são fundamentais. Precisamos urgentemente começar a trilhar um caminho nesse sentido, porque muitos pequenos produtores já estão pensando inclusive em encerrar suas atividades. O produtor está, de fato, com seu custo de produção muito maior do que suas receitas, sem falar que os laticínios também estão encontrando muitas dificuldades para concorrer com os produtos que vêm de outros estados e até de outros países. Aliás, precisamos ficar atentos (e a lagro está atenta), precisamos ver se estão sendo respeitadas as barreiras sanitárias relativamente a esses produtos que vêm do exterior e entram pela fronteira seca do nosso estado. Nós estamos preocupados com esses produtos que vêm competir de forma desigual com os nossos, sendo que estes geram emprego, geram imposto, geram divisas: é o pão de cada dia de mais de vinte mil almas. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Grande Expediente, às onze em ponto. Obrigado ao disciplinado deputado Renato Câmara. Mais

uma vez, quero lembrar aos senhores deputados que no dia 25 agora acontecerá a Corrida dos Poderes. Então, dia 25, estão todos convidados, a partir das 15h30 teremos uma bela festa aqui na Assembleia, a Corrida dos Poderes. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o segundo-secretário se há quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte deputados presentes: há quórum para deliberação das matérias.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, a deputada Gleice Jane,

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, nós recebemos ontem a informação de que o caderno do orçamento da LOA chega para nós segunda-feira, só que o prazo de emendas finda na terça, estou preocupada se vamos ter tempo hábil para lê-lo. Queria saber se podemos ampliar o prazo, para que possamos acompanhar isso com mais qualidade. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — O prazo final das emendas não é terça, não! O texto vai ser distribuído para a CCJR ainda... provavelmente esse prazo expira na outra semana. Registraramos a presença do senhor Doreli Portela, vice-prefeito de Laguna Carapã. Obrigado pela presença. Itens de 1 a 17, com exceção do item 9, pela ausência do autor, deputado Pedrossian. Projetos de Resolução nºs 106, 118, 124, 125, 129 e 148 de 2025, que concedem o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense; e nºs 068, 102, 126, 127, 128, 130, 131, 140, 141 e 142 de 2025, que concedem a Comenda do Mérito Legislativo. Em discussão. Encerada a discussão. Em votação.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis, nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado o projeto que concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense ao senhor Cláudio Ferreira da Silva, de autoria do deputado Marcio Fernandes. Aprovado o projeto que concede o Título de Cidadã Sul-Mato-Grossense à senhora Fernanda Machiaveli Morão de Oliveria, de autoria

do deputado Zeca do PT. Aprovado o projeto que concede o Título de Cidadã Sul-Mato-Grossense à senhora Luciana de Sousa Barros, de autoria do deputado Zeca do PT e do deputado Gerson Claro. Aprovado o projeto que concede o Título de Cidadã Sul-Mato-Grossense à senhora Antonia Joana da Silva, de autoria da deputada Gleice Jane. Aprovado o projeto que concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense ao senhor Rodrigo Massuo Sacuno, prefeito de Naviraí, de autoria do deputado Coronel David. Aprovado o projeto que concede a Comenda do Mérito Legislativo ao senhor Adeilton Feliciano do Prado, de autoria do deputado Professor Rinaldo. Aprovado o projeto que concede a Comenda do Mérito Legislativo à senhora Andrea Fernandes Fim Morais, de autoria da deputada Lia Nogueira. Aprovado o projeto que concede a Comenda do Mérito Legislativo ao senhor Dalton Santos Ribeiro, de autoria do deputado Lídio Lopes. Aprovado o projeto que concede a Comenda do Mérito Legislativo à senhora Telma Cristina Fernandes, de autoria do deputado Junior Mochi. Aprovado o projeto que concede a Comenda do Mérito Legislativo à senhora Norma Elisabeth Eliceche, de autoria do deputado Lídio Lopes. Aprovado o projeto que concede a Comenda do Mérito Legislativo à senhora Rosilda Ribeiro Rodrigues Salomão, de autoria da deputada Gleice Jane. Aprovado o projeto que concede a Comenda do Mérito Legislativo ao senhor Wilson Brum Trindade, de autoria da deputada Gleice Jane. Aprovado o projeto que concede a Comenda do Mérito Legislativo ao senhor Luiz Sávio Viegas Barros, de autoria do deputado Junior Mochi. Aprovado o projeto que concede a Comenda do Mérito Legislativo ao senhor Arlindo Landolfi Filho. Aprovado o projeto que concede a Comenda do Mérito Legislativo à senhora Jamaika do Carmo, de autoria da deputada Lia Nogueira. A nossa deputada Gleice Jane também recebe o Título de Cidadã Sul-Mato-Grossense, homenagem de autoria do deputado Zeca do PT. Vai ao Expediente... A paulista Gleice Jane é também agora sul-mato-grossense.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, eu nasci em São Bernardo do Campo, no meio das greves, no ABC Paulista, na construção do meu partido. Meu pai era metalúrgico, falharam as greves e ele foi demitido... Por isso que nasci já com essa força para lutar. Agora sou uma cidadã sul-mato-grossense... da luta. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Item 18. Em redação final. Projeto de Lei nº 104/2024. Autora: deputada Gleice Jane. "Institui o Protocolo Sul-Mato-Grossense Antirracista, visando a incentivar os estabelecimentos de grande circulação de pessoas, situados no estado, a adotar voluntariamente medidas de sensibilização, de prevenção e de acolhimento às vítimas em situações de injúria racial e de racismo." A redação final foi elaborada pela CCJR. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 104/2024, de autoria da deputada Gleice Jane.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item 19. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 042/2025. Autor: deputado Neno Razuk. "Institui a Semana Estadual de Conscientização para Mulheres no Climatério e na Menopausa." A Comissão de Educação, Cultura e Desporto emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto, à Emenda Substitutiva Integral 01 e à Subemenda de Redação 02, tendo como relatora a deputada Mara Caseiro. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 042/2025, de autoria do deputado Neno Razuk.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.



DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte votos favoráveis, nenhum voto contrário, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à redação final por ter sofrido emenda. Item 20. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 198/2025. Autor: Poder Judiciário. "Dispõe sobre a reorganização das serventias notariais e de registros na sede da Comarca de Cassilândia." A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Coronel David. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 198/2025, de autoria do Poder Judiciário.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrados e agradecemos a presença do senhor Igor Chagas Corrêa, vereador do município de Rio Verde, do Pantanal. Encerrada a votação. Solicito ao segundo-secretário o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, vinte votos favoráveis, nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 21. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 270/2024. Autor: deputado Antonio Vaz. "Dispõe sobre a instituição de diretrizes de apoio às trilhas e às rotas no Estado de Mato Grosso do Sul." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Para discutir.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Nós precisamos pensar, e é papel do Poder Legislativo, num meio de padronizar, organizar, orientar o acesso a esses parques. Isso tem que ver com a história dos legendários, que andam por aí causando desarranjo ambiental nesses parques que são tão importantes para a preservação. Vou votar favoravelmente, mas já peço de viva voz à nossa liderança, a companheira Gleice, para que estudemos um projeto capaz de regulamentar o acesso a essas trilhas. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — E vou na mesma trilha de Vossa Excelência, ano passado houve muita reclamação na região do Pantanal, de jipeiros que descem e levam bebida para lá, descartam latinha na beira do rio... É importante essa disciplina, deputado, Vossa Excelência tem absoluta razão. Ainda em votação.

Projeto de lei nº 270/2024, de autoria do deputado Antonio Vaz.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito ao segundo-secretário o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis, nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 22. Em votação simbólica: 03 requerimentos, 14 indicações e 02 moções

de congratulação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Presumo que a moção de aplauso por mim apresentada em nome da bancada do PT, a Sua Excelência o presidente da República, pelas conquistas que tem obtido no combate à fome, tirando o Brasil da lista dos países em situação de miserabilidade absoluta e levando a Sua Santidade o Papa Leão XIV a ideia de um fundo global de combate à fome, e portanto combate em defesa da justiça social, presumo que tenha sido aprovada. Portanto queria agradecer aos nobres colegas. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Deputado Lídio Lopes. Transferida. Deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Vossa Excelência dispõe de dez minutos.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados, deputadas, senhoras e senhores. Eu trago aqui uma preocupação que não é minha, é de todos, uma preocupação sobre saúde. Há dois, três dias tivemos um debate aqui na Assembleia que não dá, no meu ponto de vista, frutos, pois entendo que a Cassems tem prestado um grande serviço aos seus segurados, até porque fez um expressivo investimento nos últimos anos, oferecendo inclusive serviços de novas especialidades que não cobria antes. Mas não é da Cassems que eu quero falar, eu quero falar é da saúde brasileira, da saúde de todo o país. Se nós aqui temos problemas, um estado rico, imaginem o que não passarão nossos irmãos nordestinos lá nos confins do agreste, aonde só se chega por estrada de chão, sem uma condução adequada para levar o cidadão para fazer um exame preventivo, fazer um tratamento! Lá no município de Dourados, presidente, estamos passando por um momento de muita dificuldade no tocante às cirurgias cardíacas, porque, segundo um médico que trabalha nesse setor — pessoa fantástica, doutor Canteiro, que abre suas portas até de noite para salvar vidas —, o convênio que havia entre o Hospital Evangélico, que faz esse tipo de cirurgia, e a operadora venceu dia 30 de setembro: não existe mais recurso financeiro. Segundo o doutor Canteiro, o custo de uma cirurgia cardíaca, não importando a complexidade, quinze pontes de safena que sejam, é quinze mil reais. Se isso acontecer com alguém que tenha dinheiro, só para entrar no hospital o paciente tem que deixar cem mil reais em depósito — para entrar! Então, é muito desproporcional para o profissional fazer uma cirurgia cardíaca por quinze mil. Como acabou o convênio, o valor que o Ministério da Saúde passa, em casos assim, é o custo do SUS, que não chega a três mil, no caso de uma cirurgia cardíaca. Então, eu tenho certeza que vai morrer gente desse mal, porque as pessoas não aguentam... Há paciente

que chega enfartado, vai para a UPA e toma remédio para conter a dor, e só depois de um tempo é que acionam o vaga-zero para fazer o serviço, mas nem o hospital, nem os profissionais são remunerados pelo Ministério da Saúde. Aí eu pergunto: considerando todo esse quadro, como é possível ainda falar mal da Cassems?! que eu acho que tem um dos melhores planos do Brasil. Aqui, pelo menos, tivemos um administrador que abriu onze hospitais; o Hospital da Cassems de Dourados é o melhor do município! E passou a cobrir várias outras especialidades, inclusive cirurgia cardíaca. Quem mexe com Oncologia em Dourados? A Cassems. Então, eu quero dizer que não é problema, deputado Pedro Kemp, de "A", de "B", nem de "C": é um problema brasileiro! A nossa saúde está falida, estamos vendo aí um desperdício de dinheiro do atual gestor público federal, e em todos os setores. Não adianta ficar dando cesta básica para uma pessoa, se essa pessoa tem uma enfermidade e não pode ser curada. Em todo caso, eu quero deixar aqui claro que nós temos um dos melhores secretários de Saúde que este estado já teve, que é o doutor Maurício Simões; mas ele não é o dono do orçamento, não é dono do dinheiro, ele é um administrador que tem buscado abrir a saúde do estado... Mas hoje, para abrir uma vaga-zero neste estado, é no mínimo cinco, seis dias, só que muitas vezes, quando abre, o sujeito já está sepultado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Concede um aparte, deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Com o maior prazer.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Deputado, eu queria parabenizar Vossa Excelência pela fala. Nós recebemos aqui na Casa um grupo de pessoas, uma associação de beneficiários da Cassems, que nos apresentou uma série de reclamações, inclusive pedindo para a Assembleia a abertura de uma CPI para investigar a operadora. Primeiro, do ponto de vista jurídico, eu acho que nem cabe uma CPI para investigar a Cassems, por se tratar de uma empresa privada... Aí alegam que ela recebe recurso público; mas ela recebe um recurso que é descontado do servidor, mais a parte patronal que lhe é repassada. Na minha avaliação não cabe CPI, mas eu já disse a uma servidora que me abordou que eu até assinaria um requerimento de abertura se eles apresentassem um fato determinado, algo concreto, se fizessem uma denúncia muito séria — aí, sim, porque ficar fazendo denúncia genérica, que o presidente da Cassems enriqueceu, que anda de jatinho, isso e aquilo, isso aí não é motivo para abrir CPI. E mais, a Cassems tem lá seus órgãos de controle, tem diretoria, tem um conselho de servidores... Como diz Vossa Excelência, não existe plano de saúde perfeito. Eu, por exemplo, tenho Unimed, e, para marcar um exame, é daqui a um mês, daqui a um mês e meio, e às vezes você também não encontra um especialista... Hoje muitos médicos estão deixando de atender planos, só fazem consulta particular (a 600, 800 reais). Você procura um psiquiatra, você procura um neurologista e não acha mais no plano. É o que está acontecendo também na Cassems: alguns médicos estão se descredenciando. São então reclamações que muitas vezes a gente escuta, mas que não são uma exclusividade da Cassems, isso aí acontece com outros planos também, até com o SUS. Hoje mesmo estava aqui fazendo um requerimento para o secretário de

Saúde, que suspendeu as cirurgias bariátricas... É um problema generalizado, a saúde é mesmo uma questão delicada, sempre requer mais recursos, mais investimento. Seja como for, a gente fica, sim, preocupado com essas denúncias... que muitas vezes parece que são políticas e não uma coisa séria, para melhorar o plano.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Concordo com Vossa Excelência e incorpo no íntegra o seu aparte. E quero dizer o seguinte, que vida pessoal é com a Polícia Federal, é com a Receita Federal; a gestão pública da Cassems é questão da sua diretoria, que tem conselho fiscal, conselho administrativo e tem as suas reuniões, suas assembleias, e isso se discute lá. Porque se abrissemos uma CPI aqui no estado, a Câmara Federal e o Senado teriam de abrir outra na União, porque é o sujo falando do mal-lavado: está ruim é no Brasil inteiro. Então, concordo com você plenamente, conluiu dizendo que indaguei ao doutor Maurício — que mesmo de férias teve a gentileza de me atender — se não haveria alguma possibilidade de o Estado fazer um aporte no setor da cirurgia cardíaca até dezembro, para que pudéssemos já no início do ano sentar com o Ministério da Saúde, Dourados e o resto do país, para fazermos o credenciamento dos hospitais que fazem cirurgia cardíaca... E está ruim a cardíaca, está ruim a oncologia, está ruim a psiquiatria, está ruim a odontologia, eu não sei até o que é que está bom neste país: não sei o que que está bom no município, não sei o que que está bom no estado, nem sei o que está ruim na União. O que sei é que para o brasileiro que paga 40% de imposto está ruim em toda parte. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrados a presença do senhor Daniel Moretta, vice-presidente da Câmara Municipal de Naviraí; também do Pedro Alves de Lima, o Pedro Peppa, vereador do município de Dourados. Obrigado pela presença. Obrigado a todos que acompanharam a nossa Sessão. Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente Sessão (11h29min).